

A Criação e a lei do inquilinato. O inquilino não é dono:

exegese de Gn 1,26-28

The Creation and the law of tenancy. The tenant does not own it: exegesis of Gen 1,26-28

Isidoro Mazzarolo *

* Doutor em Textos seletos dos Evangelhos Sinóticos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Exegese do Antigo Testamento pelo Pontifício Instituto Bíblico. Pós-doutor pela Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
mazzarolo.isidoro@gmail.com

Recebido em: 26/10/2021

Aprovado em: 08/11/2021

Licença *Creative Commons*
CC BY 4.0



Resumo

O artigo tem como proposta um estudo contextualizado do relato da Criação seguindo a metodologia exegética de pesquisa bíblica. Trata-se de resgatar o sentido da relação entre o Criador (Elohîms) e a criatura que é o ser humano. O resultado esperado é que, na ordem de *dominar a natureza* não está a designação de autoridade, mas de serviço subalterno. Desta forma, *dominar a terra e os animais* é, de modo análogo, cuidar de uma casa ou imóvel alugado, ou seja, seguir os parâmetros da lei do inquilinato. Em termos hermenêuticos emerge esta cosmoteologia preconizada pelo Papa Francisco na Carta *Laudato Si*. Aquilo que é obra do Criador, não deve ser destruída pela criatura. É preciso crescer e desenvolver respeitando a lei do inquilinato. Nada mais é necessário, e dentro dessa proposta, não criar qualquer dívida, exceto o amor, pois o amor constrói, o amor tudo supera e tudo perdoa, porque é a maior das virtudes. Preservar a vida é amar todas as criaturas do jeito que Jesus ensinou.

Palavras-chave: Criação. Criador. Administração. Inquilinato. Gênesis.

Abstract

The article proposes a contextualized study of the account of Creation following the exegetical methodology of biblical research. It is about rescuing the meaning of the relationship between the Creator (Elohîms) and the creature that is the human being. The expected result is that in order to dominate nature is not the designation of authority, but of subordinate service. In this way, dominating the land (earth) and animals is, similarly, taking care of a house or rented property, that is, following the parameters of the law of tenancy. In hermeneutical terms, this cosmoteology advocated by Pope Francis emerges in the Letter *Laudato Si*. That which is the work of the Creator must not be destroyed by the creature. It is necessary to grow and develop respecting the law of tenancy. Nothing else is necessary, and within this proposal, not to create any debt, except love, because love builds, love overcomes everything and forgives everything, because it is the greatest

of virtues. Preserving life is loving all creatures the way Jesus taught.

Keywords: Creation. Creator. Management. Tenancy. Genesis.

1 Introdução

“A Bíblia lançou no mundo um conceito novo: o conceito de povo... A formação do povo não podia ser obra da classe privilegiada, bem como, da classe sacerdotal. Estes fariam exatamente o contrário” (COMBLIN, 2007, p. 9).

As narrativas bíblicas da Criação (1,1-2,4a; 2,4b-25) podem ser consideradas complementares, pois, não obstante tendo perfis diferentes, pode-se encontrar elementos integradores nas duas. Enquanto a primeira acentua a criação do ser humano dentro do cosmos, a segunda acentua o ambiente onde esse ser é colocado e sua missão como *administrador ou inquilino*, não como senhor ou proprietário. Desta forma, integrando ambas, podemos concluir que o ser humano tem uma grande hipoteca com o “jardim” que recebeu como habitação.

O nosso trabalho resgata o simbolismo das narrativas da Criação visando uma reflexão hermenêutica séria e colaborativa para a construção de uma consciência integral e das relações do ser humano com o universo e com Deus. O universo não pode ser objeto da cobiça e da ganância de algumas potências ou de magnatas inescrupulosos. As queimadas da Amazônia, a destruição do Serrado, a poluição das águas com garimpo ilegal e eliminação das tribos indígenas para dar lugar aos animais não pode continuar. O ser humano é criatura, não criador e, o mandato de *dominar a terra*, domesticando os animais e aprimorando suas formas de vida, não lhe dá o direito de *dono*, mas será sempre um *inquilino* com a responsabilidade de deixar o ambiente do mesmo modo ou até melhor conservado do que quando o recebeu. As gerações futuras merecem e têm o direito de poder ver as belezas originais e não apenas escombros ou ruínas. Que herança será deixada para as próximas gerações?

Muitos ecologistas, cientistas e ONGs já demonstraram a deterioração da natureza, a contaminação das águas, a poluição do ar, o crescimento das favelas nas grandes metrópoles e o conseqüente aumento da miséria, da violência, dos feminicídios e incapacidades de diálogo. Nessa mesma perspectiva e com grande eco social e político está a voz do Papa Francisco, partindo da espiritualidade franciscana no Cântico do Irmão Sol, conclamando para a responsabilidade individual e coletiva nos cuidados com a Casa Comum. No que concerne às relações humanas, sociais e políticas, o papa Francisco adotou uma tese: *é preciso construir pontes em lugar de muros*.

2 Era o sexto dia, quando Deus criou o homem e a mulher Gn 1,26

A criação dos animais terrestres representava a continuidade da obra do quinto dia. Agora a natureza vegetal e animal estava perfeita; tudo estava ordenado, cada tipo de vida, segundo a sua espécie, recebera ordem de produzir sementes, frutos, filhotes e novas vidas, em virtude da vigência e da caducidade normal da própria constituição: todos os seres sobre a terra, debaixo dela, nas águas e nos ares têm a missão da reprodução diante da condição transitória da vida, pois é feita do barro (MAZZAROLO, 2013a).

Na evolução da obra e também no seu complemento, Deus criou o ser humano à sua *imagem e semelhança*. O ser humano é diferente de todos os outros seres, não apenas na forma estrutural, mas na sua constituição íntima, sua alma, seu espírito e sua imortalidade. *Façamos* é uma expressão no plural majestático. Não podemos endossar aqui as opiniões de muitos exegetas que afirmam que este plural “*façamos*” significa uma consulta aos outros seres criados anteriormente (MAZZAROLO, 2013a). Teriam eles capacidade de opinar e de dar sugestões ao Criador? Qual dos animais poderia sugerir a Deus algo? Estas opiniões querem justificar as exegeses rabínicas fundadas em torno do monoteísmo e da rejeição a toda e qualquer possibilidade de politeísmo. Na exegese cristã, na apresentação do Messias, o Logos (o Filho) e o Espírito Santo (Trindade – plural - e unidade) estavam desde o princípio. *Façamos* não é uma questão de consulta aos outros seres, mas uma decisão plural da Trindade, na unidade e indivisibilidade, nesse “Elohims” que quer o ser humano à sua *imagem e semelhança*. O termo hebraico *šelem* significa, *preferencialmente, réplica*, mais no sentido de forma (CHOURAQUI, 1995). Aqui se entende toda a tendência de uma representação antropomórfica das divindades. A expressão *dāmût* (“*semelhança*”) está mais endereçada para a condição, capacidade de gerenciamento, organização. “*Semelhança que os homens a transmitirão uns aos outros através das gerações, mesmo após a queda (Gn 5,3). Mas terão perdido a demut divina*” (CHOURAQUI, 1995, p. 44). Ele confiou ao ser humano o governo da terra e o domínio sobre os animais. A *semelhança* do ser humano será na correspondência da inteligência, vontade, unidade. O ser humano, com a desobediência e o pecado, teria estragado mais a *semelhança* do que a *imagem*. Na teologia paulina, o pecado torna o ser humano estranho, inimigo e distante da comunhão com Deus, mas o amor redentor no sangue de Cristo, permitiu um novo retorno à *graça* e *reconciliação* (MAZZAROLO, 2012).

O ser humano foi feito à *imagem e semelhança* no amor e para o amor. Não se trata de nenhuma representação antropomórfica, mas, acima de tudo, um jeito de viver a condição divina. Deus é amor e será representado nos seus filhos e nas suas criaturas quando elas se tornarem construtoras do amor. O homem e a mulher não foram feitos pela palavra, mas plasmados carinhosa e afetuosamente com barro. Eles foram criados de modo diferenciado de todas as outras criaturas. Deus disse: “*Façamos*”, e assim fez: “*Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou; criou-os macho e fêmea*” (Gn 1,27).

O redator, inspirado nos conceitos gregos de sociedade, na qual os direitos sociais dos cidadãos livres aproximavam muito mais a mulher da convivência, da escola, da política e de sua dignidade, relata a criação do ser humano *homem e mulher* à sua *imagem e semelhança*;¹ *o Adam* é à *imagem e semelhança* de Deus. *Macho e fêmea* à sua *imagem e semelhança* ele os criou. Pode-se ampliar a reflexão a partir dos termos usados no texto: Deus fez o gênero masculino e o gênero feminino à sua *imagem e semelhança*.

¹ Na perspectiva da influência grega, indubitável e marcante nas cartas de Paulo, mas de modo especial na obra lucana. Lucas é um escritor erudito, médico (Cl 4,10) e muito próximo de toda a missão paulina. No entanto, ao escrever a sua primeira obra a respeito de Jesus e dos acontecimentos que envolveram sua missão, ele apresenta de modo indelével a presença das mulheres na missão de Jesus, no discipulado e na assistência material, desde a Galileia até Jerusalém. Essas mulheres não seriam judias, mas pagãs, pois serviam Jesus com os seus bens (Lc 8,1-3).

Deus cria o ser humano na variedade, na especificidade e na diversidade de sexos. O amor que ele lhe incute não está na igualdade, mas na harmonia da diversidade. Deus criou-os iguais em dignidade e diferentes na especificidade, sem sobrepor um ao outro. Desde a criação, a alteridade de espécie se constitui na beleza da obra, e a diferença de sexos é a necessidade da relação de complemento e integração do masculino e feminino. A reprodução é gerenciada pela atração, e nesta obra de amor, Deus está presente na transmissão da vida, pois ele é o Senhor de toda a obra da criação.

O mandato de dominar a terra e sobrepor-se aos animais (Gn 1,28) não pode ser entendido como direito absoluto à exploração, à submissão irracional e despótica. A soberania é gerenciamento e consciência cósmica de relacionalidade dentro de um plano macrocósmico. Essa relacionalidade tem postulados firmes e sólidos, não apenas nas coordenadas bíblicas, mas também nas ciências modernas. Nas teorias quânticas, o universo está interconectado por uma rede neural que integra todas as células, isto é, todos os seres no cosmos são como células de um mesmo corpo, interdependentes e interconectadas simultaneamente (MAZZAROLO, 2013b, p. 56). “As criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono: ‘Tudo é teu, Senhor, amigo da vida’ (Sb 11,26). Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde” (FRANCISCO, 2015, p. 58, LS 89).

No cântico das criaturas, quando já se aproximava do final de sua vida, Francisco de Assis trata todas as criaturas e também as potências cósmicas, tais como, o ar, o vento, a água e outros como irmãos e irmãs (FRANCISCO DE ASSIS, 1986). É por isso que São Francisco de Assis foi declarado o *santo do milênio passado*, visto que, na sua espiritualidade dialógica e cósmica, integrava todas as criaturas no amor e na compaixão.

A busca pelo sentido da vida e sua vinculação com o sagrado produziram a sabedoria espiritual dos povos. É preciso, portanto, separar a forma final do relato da sua origem. Tanto o sagrado, em si, sem uma estrutura, quanto a figura religiosa do sacerdote estão presentes desde as origens dos grupos humanos. O fenômeno religioso é intrínseco à natureza humana, mesmo em quem não confessa uma forma explícita de religiosidade ou de culto. O ponto de partida foi, sem dúvida, no meio dos mais diversos contos mitológicos. As variadas diferenças do material revelam que o processo de transmissão foi passando de geração em geração conjuntamente com muitos elementos mitológicos, mas ao mesmo tempo, sofrendo purificações, fundições e transformações conforme ia se processando a maturidade e purificação teológica do povo de Israel.

A criação, dentro de uma visão teológica, possui uma base que está voltada para ela mesma: os astros, a terra, as plantas etc., estão voltados para a natureza e o homem. Os animais que recebem a bênção (o verbo usado é *bārak*) estão mais ligados ao ser humano e este, no vértice da obra, está voltado para Deus. O grande eixo entre a terra e o céu passa pelo ser humano que, *na qualidade de administrador*, é chamado por Deus a prestar contas de seus atos, assim como Caim precisou prestar contas de seu irmão Abel (Gn 4,9).

Os indígenas peruanos tinham como grande fonte da vida a *Pachamama*, uma divindade geradora de vida, mas que dependia fundamentalmente da *mãe terra*. O cuidado, o carinho e o respeito pela fonte da vida cósmica eram um dever sagrado, ensinado e transmitido de geração em geração até os dias atuais. O Papa Francisco provocou espanto em muitos nobres, magnatas, teólogos e pensadores ao iniciar sua Carta

Encíclica *Laudato Si* com o *Cântico das Criaturas* de São Francisco de Assis: “Lou-vado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras” (FRANCISCO, 2015, p. 9, LS 1). Nesse contexto simbólico, “as narrativas da Criação sugerem que a existência hu-mana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra” (FRANCISCO, 2015, p. 45, LS 66).

3 O jardim do Éden

O mundo da Bíblia é, especialmente no que se concerne ao território da Palestina, um semi-deserto. Todas as regiões próximas Israel, como a Síria, Jordânia e Arábia, apresentam as mesmas características. Falar em jardim é quase como criar um ambiente virtual, diferente e paradisíaco. No Egito e na Mesopotâmia, era prazeroso plantar perto das casas, cultivando pequenos vegetais, hortaliças, figueiras, tamareiras e outras espécies. Os pomares, no Oriente Médio, já eram algo excepcional em virtude do solo ser muito seco e árido. Os parques e jardins só existiam nas proximidades dos palácios dos reis, em lugares privilegiados e de acesso restrito. É nesse “mapa” Meia Lua Fértil, que o Senhor construiu para o ser humano um ambiente excepcional, um jardim (MAZZAROLO, 2013a, p. 99).

O hagiógrafo bíblico cria uma espécie de jardim virtual descrevendo nele muita vida e era irrigado por quatro rios (Gn 2,8-15). Esses rios eram a vida do jardim, pois suas águas límpidas e cristalinas alimentavam os animais e as pessoas. Um jardim sem água é um ambiente sem flores, sem frutos e sem vida. No contexto bíblico, nas narra-tivas da vida e da morte pelas condições climáticas do Crescente Fértil, “a água é o possibilitador da vida naquelas regiões. Os rios e córregos possibilitavam os assenta-mentos de agrupamentos humanos em regiões diversas daquele contexto” (REIMER, 2003, p. 19).

A água faz parte das grandes cosmogonias e dos grandes assentamentos humanos. “Uma questão a ser considerada é a *coincidência* entre a *história* – a ascensão da civi-lização próximo-oriental do meio das águas – e a *paleontologia* – o surgimento da vida a partir das águas” (RIBEIRO, 2003, p. 47).

A imagem do jardim soa quase como uma para qualquer beduíno que viva no de-serto. Ele precisa calcular todo o dia a água que vai carregar no seu burrico (jegue) para saciar a sede das ovelhas no horário de repouso (das 10h às 15h), quando o sol é muito forte. Se ele está em viagem, os cálculos são ainda mais severos. É neste sentido que os autores bíblicos acentuam a metáfora do jardim, pois ele só é possível com água. O privilégio de estar perto de uma nascente era de poucos e com constantes conflitos na disputa da posse ou do uso.²

A abundância da água estava longe da Palestina. Os hebreus sabiam que a Meso-potâmia era como um paraíso pela água que possibilitava o cultivo de muitas espécies e abundância de alimentos. Mais para o lado Sul, estava o Nilo, no Egito, com muita

² A água doce sempre foi uma razão de grandes conflitos na Palestina devido à sua escassez. Hoje o mundo inteiro está voltado para a bacia Amazônica, no Aquífero Guarani e outros pontos estratégicos de água doce, em razão dos receios da falta de água potável, já para as próximas décadas. Ela já está sendo objeto de disputa, de corrupção e ações violentas de países ricos, os quais, não raro, já poluíram as de seus países.

água, mas com menor extensão de terra fértil. Mais próximo, ao Norte, estavam as planícies pantanosas do Líbano, com a neve que desce do monte Hermon e que irriga parte dos vales da Galileia.

O jardim, no mundo Oriental, é o mundo em miniatura, a natureza restituída ao estado original e um convite ao ser humano voltar a ele. A Ásia oriental conhece jardins paradisíacos: “O Kuanluan, centro do mundo e porta do céu, está ornado de jardins suspensos – que não deixam de evocar os outros, perdidos na Babilônia – onde corre uma fonte de imortalidade. E o jardim circular, como o Éden, que cerca o Ming-t’ang, é bem de natureza paradisíaca” (CHEVALLIER; GEHEERBRANT, 1992, p. 513). Assim os mosteiros construídos em forma de claustros com seus jardins centrais, tinham como finalidade criar um ambiente paradisíaco, provocando a inteligência e os sentimentos a algo para além de si próprio.

No quadro da criação, a construção do jardim significa uma interpolação (RAD, 1978, p. 94).³ Para o redator, Deus fez primeiro o homem, mas faltava o lugar para colocá-lo. Por isso, na comparação com o outro relato da criação, o homem vem por último; aqui, ele aparece por primeiro e se tem a impressão de uma ordem equivocada. Independentemente da possível lógica do projeto ou dos seus conflitos, Deus constrói um ambiente paradisíaco para o ser humano, sua obra-prima. Nos jardins dos palácios reais do Oriente, onde havia ciprestes, cedros, carvalhos, terebintos e outras árvores altas, os deuses vinham visitar os homens. Os jardins eram, em muitos lugares, um espaço sagrado, ocupado pelos deuses e pelos homens como lugar de encontro entre o céu e a terra, entre o sagrado e o profano. Esse ambiente era realmente divino, por isso, numa visão paradoxal com a realidade do deserto da Palestina, o jardim era um ambiente divino.

O *Éden* poderia ser um país no extremo Oriente (RAD, 1978), uma cidade no médio rio Eufrates conquistada pelos Assírios (2Rs 19,12; Is 37,12), ou ainda localizada na foz dos rios Tigre e Eufrates, portanto no Golfo Pérsico (?). Esta cidade era um polo de comércio com a cidade de Tiro, na Fenícia (ODELAIN; SÉGUINEAU, 1978). Mas pode ser também a simples interpretação etimológica do termo que traduz um ambiente de delícias, solo fértil e vida paradisíaca.

Éden é uma palavra que causa algumas dificuldades aos exegetas e aos filólogos (KEDAR-KOPFSTEIN, 1986). A passagem do termo da língua acádica para o hebraico sofreu algumas mutações consonantais. O termo éden está presente em quase todos os idiomas semíticos. No acádico, o termo *idinu* significa “estepe”, “deserto”; na língua suméria pode-se entender por “planície”; no árabe o termo é traduzido com o sentido de *gadan*, que significa “tornar agradável”, prazeroso; outras vezes até como presentear, assumindo os diferentes significados evolutivos das línguas anteriores (KEDAR-KOPFSTEIN, 1986).

³ Para Von Rad e outros por ele referenciados, o jardim, vv. 8-17, é uma interpolação na criação do homem e da mulher. O narrador começa a descrição da criação do homem antes de falar do ambiente onde ele está. Em princípio, não há lógica neste relato em dois aspectos: primeiro, ele começa com o homem antes do universo; segundo, Deus só se dá conta mais tarde, quando o homem está observando os pares de animais de cada espécie, que o homem está sem par e não teria como procriar e continuar a sua descendência, uma vez que o havia feito do mesmo barro da natureza toda do cosmos, portanto com limitação, perecibilidade e finitude desde o seu projeto original.

Independentemente das dificuldades etimológicas, a evolução semântica foi, aos poucos, conferindo um sentido de lugar agradável, lugar onde há conforto, vida, alimentos em abundância e presença de Deus. O profeta Ezequiel compara o Egito a um cedro gigante (existente no paraíso), uma potência econômica à qual todos os príncipes invejavam, mas que um dia cairia por terra (Ez 31,8.9.16.18). Para Isaías 51,3; Ezequiel 36,35 e Joel 2,3, o Éden passa a ter o sentido de lugar paradisíaco, que pode ser um sinônimo de jardim do Senhor (Gn 13,10; Ez 28,13). É sob essa ótica que se o Cântico do Irmão Sol de Francisco de Assis coloca todas as criaturas em perfeita harmonia e integração, quase como o paraíso nos céus, nas moradas eternas, lá onde Deus governa e espera que todos retornem (Lc 23,43; 2Cor 12,1-4; Ap 2,7).

3.1 As duas árvores do paraíso do Éden

“O Senhor Deus fez crescer do solo toda espécie de árvores formosas de ver e boas de comer, e a *árvore da vida* no meio do jardim, e a *árvore do conhecimento* do bem e do mal” (Gn 2,9, grifo meu)⁴.

3.1.1 A árvore do conhecimento

O Senhor plantou muitas árvores no jardim. Se o jardim é um lugar onde a vida precisa ser sinal de segurança, nada mais que garantir a alimentação abundante para os seus hóspedes. O ser humano, na sua primeira experiência, não sabe cultivar a terra, por isso precisa encontrar na natureza tudo do que necessita, não apenas para a subsistência, mas para sua defesa, cura, abrigo e outras situações adversas. O jardim contém tudo do que o ser humano precisa.

Deus colocou o homem no jardim e lhe deu uma ordem: “Podes comer de todas as árvores do jardim! Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não deves comer, porque no dia em que o fizeres serás condenado a morrer” (Gn 2,16-17). De todas as árvores que estavam no jardim, o homem poderia servir-se para o seu sustento. A natureza estava submetida ao ser humano; ele, como gerente ou administrador, tinha o direito do seu pagamento, tendo em troca os frutos da terra e dos animais.

Ser administrador do jardim era ter uma relação de colaboração, de responsabilidade e sujeita à prestação de contas. O homem estava numa situação de serviço, na qualidade de responsável, mas não de proprietário. Dentro do jardim ele tinha a missão de cultivar e guardar dentro dos critérios da obediência as ordens superiores. Por outro lado, o fato simbólico de poder comer de todas as árvores pode estar num quadro

⁴ G. von Rad (1978) afirma que o texto de 3,22 é uma junção de outra fonte, que teria o mesmo sentido e finalidade de 2,9.17. Na montagem final, preservando as tradições, os redatores deixaram a possibilidade de distinguir o seu significado. Uma tradição chamava esta árvore de *árvore da vida*, enquanto a outra chamava de *árvore do conhecimento do Bem e do Mal*. Para elucidar o problema é preciso associar o texto de Gn 2,22: “Depois disso, disse Javé: ‘Se o homem, agora, já é como um de nós versado no Bem e no Mal, que ele agora não estenda a sua mão sobre a árvore da vida, e coma e viva para sempre’”. Haveria neste texto uma explicitação a duas árvores.

representativo da sua grande liberdade, das possibilidades de escolhas e decisões, limitada apenas pela árvore do centro do jardim.

A Bíblia grega LXX traduz *gan* do hebraico (jardim) por *parádeisos* (paraíso). Segundo Bauer (1971) o paraíso indica um ambiente tão agradável que todos o desejam. O paraíso pode representar um lugar onde alguém habita na plenitude de seu sentido e exemplifica algumas referências de Henoc, quando fala do *paraíso da justiça*. É o lugar onde a justiça pode reinar na sua totalidade. A grande maravilha desse *paraíso* é a liberdade, mas com limites:

“*Podem comer de todas as árvores, menos...; exceto..., daquela não...*” (Gn 2,17, grifo meu), é o quase tudo, mas ainda não tudo. É uma liberdade imensa, mas não total; há uma liberdade, mas há uma responsabilidade. Difícil é definir a liberdade. Muitas pessoas definem a liberdade como um espaço e uma possibilidade de ser desde que respeitem o espaço do outro. A liberdade é um estágio profundo da maturidade de ser e agir. É a plena realização do ser na convivência, na doação e na compreensão de um ser com os outros. A liberdade é a consciência do poder, do saber e do fazer, mas que está em constante relação de respeito, dependência e interação com seu próximo.

Na ordem que é dada há um elemento fundamental a ser notado: o critério da escolha da árvore proibida vem do dono do jardim, ele já determinou de antemão que aquela seria proibida, seus ramos, suas folhas e, acima de tudo, o *seu fruto*. A relação entre a liberdade e a limitação é desproporcional: quase tudo está permitido, só o mínimo está interdito. O aspecto mais conflitivo é a consequência, caso o homem viesse a tirar do fruto desta árvore, neste dia conheceria a morte! Da liberdade de servir-se de todas as árvores ao veto radical de não tocar nesta árvore havia um abismo e quase um paradoxo, que não deixava de suscitar interrogações. Por que esta árvore? Por que a ameaça tão dura com a morte?

Esta árvore estava no centro do jardim, chamada árvore do conhecimento, e em torno dela estava a única interdição porque era o critério de bem e de mal, da vida ou da morte. Contudo, as árvores são duas (Gn 2,9) e a proibição que aparece em 3,22, fala da interdição contra a árvore da vida. As interpretações, com definições moralizantes, traduzindo a árvore do *conhecimento* por árvore da *penetração*, no sentido sexual, parecem precipitadas e sem fundamento. O verbo *conhecer*, em hebraico, tem também o sentido de relação sexual, conhecer alguém, entre pessoas, e poderia significar a prática do ato sexual. No entanto, traduzir árvore do conhecimento por árvore da penetração é um exagero exegetico e teológico, pois nos tempos em que o texto foi composto, o ato sexual não continha a carga moralizadora dos séculos posteriores. Por outro lado, em nenhum momento o ato sexual foi motivo de discernimento entre o bem e o mal, ainda que ele tivesse em todas as culturas antigas as suas regras bastante bem definidas.

Na língua hebraica a conjunção coordenativa “*wāw*” está presente em muitos lugares porque os idiomas antigos não possuíam os recursos modernos de pontuação e sinais gráficos auxiliares. Assim esta conjunção pode ser substituída por uma vírgula, em muitos casos, para conferir o sentido original ao texto. Neste caso, a frase fica com um sentido claro e compreensível: “O Senhor Deus fez crescer... a árvore da vida no centro do jardim, a árvore do conhecimento do bem e do mal” (Gn 2,9).

Uma única árvore ou duas árvores? Neste texto, fazendo uma leitura integrativa, poder-se-ia ver apenas uma árvore com duas atribuições: (a) o Conhecimento; (b) a Vida. No entanto a outra referência à árvore *da vida* e da imortalidade (3,22), que pode ser um acréscimo redacional, revela uma segunda árvore no jardim. Estas são, de um

lado, o critério do *discernimento* entre o bem e o mal, do outro a *aspiração à imortalidade* na árvore da vida e/ou da morte em caso de transgressão.

O ato de conhecer faz parte, em geral, do experimentar, do querer saber, da inquietação de buscar mais. Por outro lado, a sede de não se satisfazer com o que tem e o que sabe leva muitas pessoas a *avançar o sinal fechado*, querendo saber o que está além do oficialmente proibido. Por outro lado, o conhecimento tem convenções assumidas no passado e que valem para as gerações posteriores (Sl 78,3-4). Esse ato do conhecimento conduz à autonomia, à autossuficiência e muitas vezes à desobediência dos códigos convencionados a serem respeitados.

Acreditar no passado é respeitar o que outros fizeram. A arte de conhecer é também aprender a obedecer, valorizar e preservar a história. Na árvore do conhecimento encontra-se uma determinação de respeitar aquilo que é do outro (Ex 20,1-17; Lv 19,1-37; Is 5,8-24). Na tradição bíblica a figura do Outro (Próximo) é sagrada porque é a Imagem e Semelhança do Criador (Gn 1,25-27), e tudo o que os envolve é sagrado. No entanto, o princípio da autonomia muitas vezes leva a pessoa a desrespeitar essa convenção e romper com o acordo. O fruto da árvore é tudo o que pertence à árvore; o fruto do próximo é tudo o que pertence a ele, sua pessoa, seus dons, seus sonhos e sua propriedade (Lc 10,29-37). É vetado, em todas as religiões, apropriar-se da propriedade alheia, porque esse furto é uma desobediência a Deus. O pecado contra a árvore do conhecimento do Bem e do Mal é tipificado na violência que Caim faz com seu irmão Abel (Gn 4,1-16).

3.1.2 A árvore da vida

A árvore da vida era conhecida como a árvore das encruzilhadas das estradas como uma indicação certa na opção a ser feita entre as duas opções (MESTERS, 2001). Da árvore comum das estradas, com suas encruzilhadas, passa-se para a simbologia dos caminhos da vida, com suas ambiguidades e bifurcações.

O profeta Oséias afirma que todo o procedimento humano será correto se o ser humano tiver o *conhecimento* de Deus (Os 4,4-10). Quando falta o conhecimento de Deus o erro, a ruptura e o divórcio com ele estão decretados. Na ausência do conhecimento de Deus se faz presente o pecado, por isso ele afastará o sacerdote e o profeta da sua presença, visto que estão em pecado.

Aqueles que adquiriam o *conhecimento* eram considerados como privilegiados diante dos homens e diante de Deus, por isso eram tidos como amigos da Sabedoria de Deus. Esta Sabedoria divina levava-os à proximidade de Deus, e todos aqueles que a abraçavam encontravam a *árvore da vida* (Pr 3,18). A Sabedoria divina aproxima o ser humano da justiça, da verdade e das opções indicadas por Deus: “O fruto do justo é a árvore da vida e o sábio cativa as pessoas” (Pr 11,30). Quem rejeita esta árvore encontra o caminho oposto, que é a morte, o mal e a sua ruína. Se a árvore da vida é a indicação da estrada correta, quem não consulta esta árvore erra o caminho. Mas por que não consulta? É porque não acredita ou porque já fez sua opção? O erro pode ser por ingenuidade, mas pode ser uma opção.

O profeta Ezequiel traz a parábola da exuberância da árvore alta, do cedro no jardim de Deus, que pode ser vinculada à ideia de Sabedoria divina ou Lei de Deus:

Os cedros do jardim de Deus não se igualam a ele (comparação com o faraó e seu poder, vv. 1-7), os ciprestes não eram comparáveis a seus ramos, nem os plátanos

aos seus galhos; nenhuma árvore no jardim de Deus lhe era comparável em beleza. Eu o fizera belo pela abundância de sua ramagem; todas as árvores do Éden que estavam no jardim de Deus tinham inveja dele. Por isso assim fala o Senhor Deus: ‘Visto que elevaste teu tronco, porque ele elevou sua copa entre as nuvens, porque se elevou com orgulho, eu o entrego nas mãos do chefe das nações que o tratará segundo a sua maldade. Eu o expulsei’ (Ez 31,8-11).

A árvore da vida é a Lei de Deus, que se conquista passo a passo; dentro dela se cresce sem orgulho e sem maldade. Desta forma, *conhecimento de Deus* e obediência aos seus preceitos são uma coisa só. Quem ama a sua Lei vive nos seus átrios todo o tempo de seus dias, mas quem tem orgulho e inveja do poder divino aos poucos se afasta e rompe com a sua Lei.

O profeta Isaías fala da lógica da perversão e da ruptura com Deus, que exige uma expulsão do paraíso:

Ai dos que chamam de bem ao mal e de mal ao bem; fazem da escuridão luz e da luz escuridão; fazem passar por amargo o que é doce e por doce o que é amargo.

Ai dos que a seus próprios olhos são sábios, do seu ponto de vista, inteligentes. Ai dos heróis das boemias, campeões de bordéis. Ao culpado declaram justo por um presente e ao inocente recusam a justiça.

Por isso, como a palha é devorada pelo fogo e o restolho desaparece na chama, eles apodrecerão pela raiz e a flor deles acabará em pó, pois rejeitaram a instrução do Senhor de todo o poder, desprezaram a Palavra do Santo de Israel (Is 5,20-24).

Assim, a *árvore da vida* pode ser entendida como a Lei de Deus que indica todos os passos de Deus aos seus filhos. A rejeição à instrução e ao conhecimento desta Lei resulta na expulsão do jardim, não um espaço geográfico, mas uma forma do ser, um estado de vida. Ao *vencedor darei de comer da árvore da vida*, que está no Paraíso de Deus (Ap 2,7). Esta obediência confere a vida e a imortalidade. Aqui não se trata da morte física, biológica, pois com pecado ou sem pecado, a vida do corpo obedeceu sempre às leis da natureza biológica. Morrer faz parte do nascer. Desde o nascimento o ser vivo está voltado para o seu morrer, e esta é a *primeira morte*, necessária e obrigatória, igual para todos.

A questão da imortalidade, ligada à árvore da vida, é a compreensão da *segunda morte* (Ap 2,11; 20,6.14; 21,8) (MAZZAROLO, 2016). Para a compreensão teológica da época dos textos bíblicos, quer do AT como do NT, a imortalidade, mesmo sendo uma aspiração inclusive dos perversos, é uma questão de *morrer* nos braços de Deus, e assim, a morte ou a vida, decretados no Juízo final, não sentenciarão os justos à condenação. Ainda que todos tenham a imortalidade, para os que desobedecerem a Deus e seus mandamentos, no dia do julgamento serão lançados fora do jardim, em lugares lúgubres, e estarão para sempre longe de Deus (Mt 25,31-46).

A expulsão do jardim não é um ato arbitrário de Deus, mas o resultado do pecado humano que rejeitou a sua Lei. Deus não permite que o homem destrua a árvore da Vida, em outras palavras, Deus não aceita que o ser humano modifique a seu bel prazer a Lei do jardim. Sempre que o ser humano, para sustentar o seu pecado, *inverter os parâmetros da Lei*, julgando o mal como se fosse bem e condenando o bem como se

fosse mal, em virtude de interesses, presentes e subornos (Is 5,8s; Hab 2,6-20; Os 4,4-8; Mt 23,1s), ele estará exigindo a sua expulsão do jardim (Gn 3,22), pois a sua Lei é imutável. Estes não comerão da árvore da vida, não receberão a coroa da justiça porque foram “covardes, infiéis, depravados, assassinos, impudicos, magos, idólatras e mentirosos. O seu quinhão está no lago ardente de fogo e enxofre. Lá eles conhecerão a segunda morte” (Ap 21,8).

Na compreensão teológica, a fidelidade a Deus e seus mandamentos (Dt 30,15-20) gera a vida e a imortalidade; a condenação gera a morte, como condenação eterna. Sobre isso pesam os critérios do Bem e do Mal, já estabelecidos desde sempre. Qualquer alteração significa afronta a Deus e a toda a sua obra.

3.2 A etimologia da palavra jardim

A etimologia do termo encontra-se na língua assíria como *ginû*, no árabe como *gannâ*, no aramaico como *ginna* e no hebraico como *gan* ou também *gannâh*. O sentido da expressão nesses idiomas tem como primeiro significado um campo cercado, alguma propriedade protegida por cerca, defendida e guardada (Gn 2,8.9.15; Ne 2,8; Ct 4,13.16;6,2; 2Rs 21,18; Sir 2,5 e em muitas outras passagens dos textos do AT). O verbo *cercar*, *proteger* (“*gānan*”) aparece muitas vezes no AT, nas diferentes formas, ativa ou causativa (Is 37,35; 38,6; 2Rs 20,6; 2Rs 19,34). Há sempre uma ligação com o *paraíso primevo* (ZORELL, 1968).

Um jardim era um pedaço de terra, no qual se plantavam flores, frutas e também vegetais, quase sempre protegido por um muro ou uma sebe (Ct 5,1; 6,2). As residências dos reis, normalmente, possuíam belos jardins utilizados para o descanso, embelezamento ou mesmo para refrigério nos dias de muito calor (Ct 5,2.8.13). Muitas vezes os jardins eram usados como local de sepultamento (2Rs 21,18.26). A palavra “*gan*” é traduzida para o grego com dois lexemas: (a) por *parádeisos* (Gn 2,8); (b) por *kêpos*, no evangelho de João (Jo 19,41). O jardim poderia receber a conotação de horto, onde há vida, frutos, flores e perfumes: “No lugar onde crucificaram Jesus havia *um jardim* e nesse jardim havia um túmulo novo, no qual ninguém ainda fora colocado”. O texto de João é de teologia sapiencial, que remete à vida.

No campo das interpretações, Agostinho viu na árvore do Gênesis o ato sexual matrimonial. Esta opinião foi seguida por uma quantidade incontável de pregadores e estudiosos. Alguns chegaram a afirmar que além do ato sexual nada havia que se pressupor ou imaginar como possibilidade de outro significado (STUCLIFFE, 1960). Todas essas tolices já têm sido faladas, escritas e acreditadas. O ato sexual existia e é praticado desde que existe casal humano, sem ter jamais tido a conotação de imoralidade que foi aplicada nas culturas ocidentais muitos séculos depois. Se a Bíblia chega a falar desse assunto só depois da história do paraíso, então ela não exclui que o sexo tenha sido praticado dentro do paraíso. “O ‘crescei e multiplicai-vos’ existe independentemente dos capítulos 2 e 3 do Gênesis” (DATLER, 1984, p. 51). Os exageros são tantos que não apenas as mitologias da maçã⁵ são repetidas ao infinito, mas que se quer

⁵ A provável associação com a maçã e o símbolo do pecado com o sexo deve ter-se originado pelo valor atribuído às passas de maçã em festas de casamento. Com a tradução do texto hebraico para o latim, o termo mal – *malûm* foi confundido com – *mâlûm* que significa maçã.

ver na árvore do conhecimento um símbolo fálico e interpretá-la como a árvore da penetração. E neste aspecto é importante dar-se conta de que o fundamento do relato é teológico-sapiencial, com um ponto de partida nas correntes mitológicas da criação e uma reflexão sapiencial sobre a trajetória humana e suas experiências de graça e pecado. É preciso ver, de modo indissociável ao relato, uma busca de sentido da vida e, se há fé num Deus, qual é o horizonte último da vida diante deste credo e deste Deus.

No evangelho de Lucas (23,31) encontra-se uma imagem com um valor teológico semelhante. Às vésperas da Paixão, diante do quadro que está prestes a se desenrolar, Jesus prepara seus discípulos para o momento crucial de sua vida. Usando uma parábola do lenho verde e do lenho seco, ele fala da resistência e da preparação necessária para os momentos difíceis. Um lenho seco queima com facilidade, mas um lenho verde é mais difícil. No entanto, a violência dos homens se abateria impiedosa sobre os homens de paz sem nenhum critério de justiça ou de verdade. Ele fala aos discípulos, nesta comparação, dizendo-lhes que se o sinédrio e as autoridades dos judeus fariam aquilo (a barbárie da crucificação) com (Ele) o *lenho verde* (*hygrô csylô*), fariam com mais facilidade com o lenho seco (os discípulos). Esta exortação de Lucas pode encontrar inspiração na tradição sapiencial a qual confere um sentido transcendente à *árvore da Vida*.

3.3 Algumas árvores simbólicas no Oriente Antigo

Algumas árvores, no contexto bíblico do AT, compõem de modo clássico a simbologia da *Vida*, do *Eterno* e da *Ascensão*: a acácia, a oliveira, o carvalho e o cipreste, entre outras. No livro do Êxodo (25,10; 37,1), Deus ordena a Moisés que seja feita uma *arca de acácia* para colocar as tábuas da Lei.⁶

A *acácia* é conhecida pela resistência de sua madeira, quase indestrutível ou imputrescível. Pela sua resistência às agruras do tempo e das secas, ela produz um lenho com espinhos duros, uma flor cor de leite e uma madeira cor de sangue. Numa tradição antiga, a coroa de espinhos de Jesus teria sido trançada com os ramos de acácia.⁷ Na tradição judaico-cristã essa árvore torna-se o símbolo do renascer e da imortalidade.

O *carvalho*, por sua altura, atrai, facilmente, os raios e por isso em numerosas civilizações representava a árvore celeste, a majestade e a divindade suprema. A clava de Hércules era de carvalho. Ele simboliza, contemporaneamente, solidez, altura, força e longevidade, quer no sentido material, quer no sentido espiritual (CHEVALLIER; GEHEERBRANT, 2017). Na verdade, carvalho e rigidez ou força procedem do mesmo termo latino “*rubor*”. Nas culturas asiáticas antigas, o carvalho representa o *eixo axial do mundo*. No contexto bíblico, é ao pé do carvalho de Mamrê, perto de Hebron, que Abraão recebe a promessa de não morrer sem dar descendência à sua esposa Sara (Gn 18,1-15). É a imagem da comunicação *axial* entre o céu e a terra.

⁶ A arca era um cofre de madeira de acácia, revestida de ouro, com 1,25 m de comprimento e 0,75 m de largura e altura (TEB, nota “g”, corresponde a Ex 25,10).

⁷ Segundo Chevallier e Geheerbrant (2017), a coroa de Jesus deve ter sido feita com o ramo de um espinheiro que contém um espinho reto e outro curvo, um ao lado do outro, embaixo de uma folha, a uns dez centímetros uma da outra. Esse espinheiro é muito comum na Palestina, e seus espinhos são venenosos.

O cipreste é, igualmente, uma árvore sagrada por sua longevidade. Por outro lado, está ligada aos dois extremos: de um lado com a vida e do outro com a morte, pois entre gregos e romanos, desempenha o papel da comunicação com o subterrâneo, o culto a Plutão, o deus dos infernos e dos mortos. Ela ornamenta, de modo particular, os cemitérios. Sendo de folha permanente e de madeira resinosa, mesmo os rigores do inverno não fazem senão ressaltar sua resistência e exuberância. De sua madeira eram feitos, na maioria, os cetros sacerdotais. Ela liga dois símbolos importantes da mística das culturas antigas, que são a ressurreição e a imortalidade. O profeta Oséias, proclamando a restauração definitiva da aliança entre Yahweh e seu povo, diz que é Deus quem providencia ao povo seus frutos, pois ele é um *cipreste sempre verde* (Os 14,9). O cipreste é colocado na antítese do espinheiro, pois este não produz e não oferece qualquer contribuição à humanidade (Is 55, 13; Jz 9, 15).

O cedro (do hebraico “*’ail*” - líder, chefe; no estado construto “*’êil*” - que se traduz por coluna ou pilastra - e na sua forma “*’ail*” é traduzida como *terebinto ou carvalho* (Gn 12,6; 14,6), como todas as coníferas, reveste-se do conceito da imortalidade, do alcance das alturas e da entrada nos céus. Por outro lado, o cedro abarca um simbolismo próprio, que é a *incorruptibilidade*. Na época da monarquia israelita, Salomão importou muita madeira de cedro do Líbano para construir o templo e o palácio (1Rs 5,23-26). Dizer que as colunas da própria casa são de cedro (Ct 1,17) significava apostar pela sua solidez e firmeza. O profeta Isaías proclama os tempos messiânicos como os tempos em que os mensageiros serão tão íntegros que poderão ser chamados de *terebintos da justiça*, destinados a manifestar a sua glória (Is 61,3).

A oliveira é outra árvore que, por sua riqueza e prodigalidade em frutos e pela sua resistência às secas, torna-se um símbolo da divindade. Ela abarca, na verdade, diversos atributos como paz, fecundidade, purificação, vitória e recompensa. Na Ásia era consagrada à deusa Atena, em Roma a Júpiter e Minerva. Na tradição judaico-cristã ela simboliza a resistência e a paz. Foi um ramo de oliveira que a pomba trouxe ao retornar para a arca depois do dilúvio (Gn 8,10). Uma tradição popular sustentava que a cruz de Cristo tinha o lenho vertical de cedro e o braço transversal de oliveira (CHEVALLIER; GEHEERBRANT, 2017). Conforme a profecia de Jeremias, Deus tinha chamado sua amada (o povo da libertação) de *Oliveira sempre verde* (Jr 11,16). E no dia do perdão dos pecados, seu Deus voltará a amar seu povo e seu esplendor será como o da oliveira (Os 14,7). O salmista afirma que os justos verão a glória de Deus, pois estão plantados nos átrios da casa de Deus, qual oliveiras verdes (Sl 52,10). E no Novo Testamento, Jesus, diante do momento mais difícil de sua vida, saiu para o *monte das Oliveiras*, como era costume, e seus discípulos o seguiram (Lc 22,39). O apóstolo Paulo fala aos romanos que eles eram uma oliveira silvestre, mas foram enxertados numa raiz de oliveira boa e que assim é que terão parte nos frutos (Rm 11,17). Na sua visão apocalíptica, o profeta Zacarias (4,3) vê um recipiente de ouro, com sete bicos, dos quais procedem mechas de fogo e *duas oliveiras*, uma à direita e outra à esquerda (Zc 4,3). A interpretação desta visão é de que o recipiente indica o Senhor. Não se sabe quem são as duas oliveiras (Moisés e Elias? Os dois Testamentos? As duas Alianças?). De modo análogo no Apocalipse (11,4), o autor tem a visão das duas *Testemunhas* que ele afirma serem as *duas Oliveiras, ou os dois Candelabros*, diante do Senhor. As interpretações são as mais diversas (Paulo e Pedro?).

3.4 O jardim e a lei do inquilinato

A *árvore do conhecimento do bem e do mal e a árvore da vida*, no centro axial do mundo, centro do horto, revestem-se de outra natureza e apontam metaforicamente para a vida. A árvore do conhecimento pode ser a metáfora do *outro, do próximo*. É a interdição dessa árvore é contundente, pois quando Caim mata seu irmão (Gn 4,1-16), ele *reconhece* imediatamente o erro e o mal praticado. Nesse ato, ele também afronta a árvore da Vida, que é a Lei divina do respeito ao outro e tudo o que lhe pertence, muito bem detalhada no Decálogo (Ex 20,1-17).

O *próximo* é a metáfora da presença de Deus viva no universo e ele é o centro do jardim que necessita ser respeitado com olhar sagrado e, como explicita o apóstolo Paulo, que o outro seja considerado *sempre como superior* (Fl 2,3).

No início, cultivar a terra, produzir o alimento, mesmo dentro da esfera da mortalidade, das contingências humanas e cósmicas, não era uma tarefa tão árdua e pesada. O ser humano recebeu, como missão, esta tarefa de cultivar a terra e produzir seu alimento (Gn 2,15). Ele cultivava o jardim, mas tinha a consciência de que era *um inquilino, um arrendatário*, e o proprietário era Deus. No entanto, quando ele quebrou as regras do jogo, tipificada no fratricídio de Caim contra Abel, aconteceu a destruição das árvores, houve uma afronta a Deus e desobediência dos preceitos por ele estabelecidos (Gn 4,1-13). A partir desse momento, o trabalho se tornou duro, difícil, penoso, pois o plano fora interrompido. O pecado, protagonizado pela *ganância e pela injustiça*, conduziu à exploração fraterna e ao fratricídio. Daí em diante, ganhar o pão cotidiano passou a ser uma tarefa que exige o suor do rosto. É a partir desse momento que nasce a vergonha, a violência e a morte (Gn 2,17). Essas formas de comportamento podem ser ilustradas na parábola dos vinhateiros homicidas, os quais, ignoram o contrato de arrendamento e passam a assumir a ideia de posseiros e donos, investido, não apenas contra os embaixadores do dono, mas também contra seu próprio Filho (Mc 12,1-12; Mt 21,33-46).

Deus, na sua sabedoria, não interditou apenas as árvores, mas também os seus frutos, pois esses são sagrados e pertencem às árvores. Por analogia, os frutos representam tudo o que pertence à árvore. As conquistas do trabalho de alguém não podem ser destruídas ou, indebitamente, desapropriadas; de modo análogo, o nome, a identidade, a profissão e o resultado da aplicação dos talentos individuais. É nesse contexto que surgem as vozes proféticas quando denunciam os que manipulam as leis para desapossar os fracos da justiça e os pobres de seus direitos (Is 10,1-2; Jr 8,8-0).

O pecado está sempre ligado à desarmonia que provoca a desordem das coisas no universo, de modo especial, no relacionamento dos seres humanos. A *árvore do Conhecimento* e a árvore da vida no centro do jardim são a indicação dos limites do ser humano. Saber mais ou menos não aproxima ou não confere condição divina maior ou menor. O saber, no sentido sapiencial da expressão, é desenvolver a capacidade divina de amar e conservar essa condição original do paraíso. Todo o ser humano tem um espaço e uma mobilidade condicionados ao mesmo espaço do seu semelhante (VOGELS, 1996). Ainda que conhecer, no termo hebraico, seja “experimentar”, “experenciar” (dá a associação com a sexualidade), remete também à inteligência como dom, como graça e como conhecimento deste limite. Afrontar o espaço do outro, em qualquer dos seus limites, é provocação à harmonia prevista na ordem das coisas e do universo.

O autor do Gênesis, baseado em uma multiplicidade de conceitos e teorias existentes nos povos antigos, busca, através da imagem da árvore, uma explicação para o

pecado e para a desarmonia entre os povos e os indivíduos. E se Deus é o autor da vida, quem é o autor da morte? Se Deus quer a existência harmônica e o desenvolvimento integral dos seus filhos, quem é o responsável pelos desequilíbrios sociais, econômicos, religiosos e políticos?

A imagem da árvore é uma reflexão profunda sobre o sentido da vida e uma tentativa de explicar o Mal presente no mundo e nas transgressões dos seres humanos, que se tornam uns para os outros um perigo e ameaça. Deus criou um paraíso. Os seres humanos construíram o caos através da opressão, da ganância e da injustiça. A árvore é o critério da respeitabilidade inalienável do outro, meu semelhante.

Se o jardim é propriedade de Deus, o ser humano é um hóspede, um inquilino. Na qualidade de inquilino o ser humano tem a missão de gerenciar, de cuidar, mas não lhe cabe o direito de proprietário (MAZZAROLO, 2013a). O cosmos pertence a Deus, e administrar, desfrutar, produzir o próprio sustento é diferente de destruir ou de apossar-se de modo tirano, não permitindo ao seu próximo o mesmo direito (Is 5,8). Ao ser humano cabe o direito de tirar dela o seu sustento, mas não lhe cabe o direito de posse ou senhorio. O jardim e as árvores estão à disposição de todos os habitantes, por direito natural e divino. Não cabe ao homem determinar o seu espaço ou de seu próximo.

Por mais que se aprofunde, se justifique e se queira defender a posse da terra como direito à propriedade privada (BOUZON, 2001, p. 41-43),⁸ esta é sempre uma violência ao conceito de inquilinato. Nesta perspectiva é criminosa toda a posse da terra quando excede os limites da própria sobrevivência: “Ai de vós que ajuntais à vossa casa mais casas e ao vosso campo emendais mais campos até que não haja mais lugar para os pobres da terra e vos tornais os únicos habitantes do país” (Is 5,8). A terra é um patrimônio ou uma hipoteca social e jamais pode servir à cobiça ou à exploração individual.

4 Considerações finais: propostas hermenêuticas

O ser humano está investido de grandes capacidades criativas e de transformação. Antigamente os “cavalos” estavam à frente das carroças e carruagens, mas depois, foram transformados em “cavalos embutidos e compactados”, colocados dentro dos motores. Assim surgiu a máquina a vapor, os carros a combustão, a eletrônica, a robótica e o desenvolvimento contínuo, cada vez mais veloz. Hoje existe a neurociência, a física quântica, as biotecnologias, a nanotecnologia e as ciberciências. O ser humano, hoje, produz conhecimento, instrumentos, mediações e conexões interplanetárias para além de imaginação. Contudo, esse conhecimento e desenvolvimento não produz mudanças comportamentais, éticas e sociais dignas para a convivência. Longe de se esperar transformações libertadoras, construtivas de paz e justiça, despontam cada vez mais

⁸ Muitas sociedades antigas tinham o conceito de propriedade privada, mas também um corpo de leis sociais muito forte para proteger os mais fracos e mais pobres. A terra estava sob a tutela do monarca ou do rei, mas esse tinha obrigação de destinar uma porção para os mais fracos. Em todo o período das sociedades nômades a terra servia apenas como forma de sustentação da vida humana através das frutas naturais e do pasto para os rebanhos. As comunidades indígenas que viviam da caça e da pesca utilizavam grandes regiões por onde circulavam, mas não havia limites estabelecidos, exceto por invasão quando do seu uso. Ao sair de um lugar, este ficava livre para uma ocupação de outro grupo. As cercas e as grades não existiam.

acentuadas a violência doméstica, os assassinatos, os feminicídios, as guerras injustificadas, a manipulação da vida pelos laboratórios e a exploração dos países ricos sobre os pobres.

O que falta para o ser humano *robotizado, quantificado, “nanonificado”* ser mais humano? Até que ponto o ser humano de hoje está repetindo a ação de Caim ou dos vinhateiros homicidas? Quais as motivações para esse paradoxo? O pecado desumaniza e envelhece precocemente o ser humano e produz cardos desnecessários nos caminhos dos irmãos.

Deus pergunta, hoje: *Onde está o teu irmão?*

A grande lacuna, hoje, é a de ontem, quando os profetas condenavam as injustiças e os desmandos dos poderosos (Mq 3,1-3) e a hipocrisia religiosa dos fariseus (Mt 23,13-36). Por outro lado, a falta de espiritualidade produz o pecado da ganância, do desejo de posses insaciável, tipificado por Jesus na parábola dos vinhateiros homicidas, os quais não se importam em quantos é necessário matar, o que importa é assenhorear-se da vinha (Mt 21,33-46).

O Papa Francisco aponta o antropocentrismo moderno como uma das razões, onde a técnica está acima do ser humano (FRANCISCO, 2015, p. 73, LS 115). Nessa reflexão emerge o pecado primordial do ser humano, o mesmo de Caim, onde o “eu” desconhece o “nós”. Pode-se endossar as teses da Carta do Papa Francisco quando faz um grande apelo ao respeito pelo cosmos como casa comum. Ele exorta para uma colaboração de todas as ciências e de todas as vertentes sociais para possibilitar um desenvolvimento *integral*: ecologia ambiental, econômica e social (FRANCISCO, 2015, p. 85, LS 138).

Os cuidados com a *casa comum* só serão possíveis com uma verdadeira espiritualidade. Os templos, as correntes políticas, os pregadores ambulantes e os que vendem milagres por dinheiro estão cheios de *religião*, mas vazios de *espiritualidade*. Os cuidados com a natureza, com a ecologia, com as águas e todas as coisas passam por um caminho único: *a árvore do Conhecimento*. Para respeitar essa árvore é necessário ter uma verdadeira espiritualidade cósmica, universal, integradora e prospectiva.

É preciso resgatar a profecia de Isaías, ao menos como utopia sócio-político-teológica: *quebrar as espadas e lanças e transformá-las em instrumentos de trabalho* (Is 2,4). Em lugar de submarinos nucleares, de mísseis hipersônicos é melhor dar lugar à construção de ambientes sociais possíveis e dignos; em lugar de presídios é melhor dar lugar a escolas e centros de formação humana e profissional.

Uma *espiritualidade cósmica* que supere todas as distinções, que derrube todos os privilégios dos, falsamente, privilegiados, que construa consciências e olhares diferenciados mas respeitosos com todos os seres e criaturas, inspirados nos poemas do profeta Daniel (Dn 3,24-45; 51-90) e os poemas da espiritualidade de Francisco de Assis, onde Deus está presente em todas e cada uma das criaturas e que possibilite a cada um chamar o outro de irmã, irmão. Essa espiritualidade não é encontrada por acaso, ela faz parte de um exercício de contemplação, de transformação do coração e de purificação do olhar e da mente. Diante disso, é imperativo que se comece construindo uma nova consciência ecológica, uma nova consciência de pertença a um cosmos como *célula viva na rede celular*, e uma espiritualidade que gere compromisso de *inquilinato* e não de proprietário.

Não faltam exemplos na história da humanidade que testemunharam a grandeza humana sem ter conquistado o mundo, sem ter destruído grandes florestas para a criação de gado. O mundo existiu antes de qualquer ser humano, logo, ao chegar ao mundo,

encontrou algo que não foi feito por ele, e desta forma, entra a ética do respeito, do cuidado e da devolução, *melhor do que encontrou*.

Nesse contexto, é fundamental buscar uma inspiração na literatura sapiencial, especialmente no livro de Jó, quando depois de tantas acusações indébitas feitas pelos seus falsos acusadores, ele responde (MAZZAROLO, 2002):

1. Eu nunca cometi iniquidades contra os homens;
2. Eu não maltratei as pessoas de minha casa;
3. Eu não cometi pecados no lugar da Iniquidade;
4. Eu não procurei conhecer aquilo que não existe;
5. Eu não fiz qualquer espécie de mal;
6. Eu nunca fiz alguém trabalhar, como patrão, além das suas possibilidades;
7. Eu nunca coloquei minha mão sobre o homem de condição frágil;
8. Eu nunca fiz alguém chorar;
9. Eu jamais dei ordens a um torturador;
10. Eu nunca causei sofrimentos físicos e psíquicos...⁹

Em termos hermenêuticos emerge esta cosmoteologia preconizada pelo Papa Francisco na Carta *Laudato Si*, e nesse contexto seria oportuno refletir sobre uma das perguntas que Deus faz a Jó, depois de tanta angústia e sofrimento no mundo dos humanos: *Onde estavas quando Eu lancei os fundamentos da terra* (Jó 38,4)? Fazendo uma analogia a essa pergunta, pois o capítulo 38, no diálogo com Jó, Deus faz muitas, é mister perguntar-se: quantos anos têm as grandes potências que hoje dividem o planeta? Onde esses presidentes e governantes estavam quando Deus criou o cosmos?

É diante disso que se fortalecem os cuidados com aquilo que é obra do Criador, a qual não deve ser destruída pela criatura. *Crescer e desenvolver* respeitando a lei do inquilinato. Nada mais é necessário, e dentro dessa proposta, não criar qualquer dívida, exceto o amor (Rm 13,8), pois o amor constrói (1Cor 8,1), o amor tudo supera e tudo perdoa, porque é a maior das virtudes (1Cor 13,13). Preservar a vida é amar todas as criaturas do jeito que Jesus ensinou (Jo 13,34-35).

Referências

- BAUER, Walter. *Wörterbuch zum Neuen Testament*. Berlin: Walter de Gruyter, 1971.
- BOUZON, Emanuel. *Uma coleção de direito babilônico pré-Hammurabiano; leis do reino de Eshnunna*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- CHOURAQUI, André. *A Bíblia: No Princípio* (Gênesis). Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- COMBLIN, José. A Bíblia e o compromisso social. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 25, n. 95, p. 9-16, 2007.
- DATTLER, Frederico. *Genesis*. São Paulo: Paulinas, 1984.

⁹ No término da apologese com os três primeiros adversários, Jó ratifica a sua inocência, mesmo como grande empreendedor e homem de posses. A defesa de Jó, diante de Elifaz, Bildad e Sofar, é semelhante ao poema egípcio do *Livro dos Mortos*, c. 125, onde os acusados precisavam fazer sua autodefesa diante de Osiris.

- FRANCISCO DE ASSIS. Cântico do irmão sol. *In: ESCRITOS e biografias de São Francisco de Assis: crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRANCISCO. *Laudato Si'*. Louvado sejam: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.
- KEDAR-KOPFSTEIN, B. Eden. *In: BOTTERSECK, G. J.; RINGGREN, H.; FABRY, H. J. (Orgs.). Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1986. v. 5, p. 1093-1103.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Jó, amor e ódio vêm do mesmo Deus?* Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2002.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Colossenses: exegese e comentário*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2012.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Gênesis 1-11: e assim tudo começou*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2013a.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Jesus e a Física Quântica*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2013b.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Apocalipse: esoterismo, profecia ou resistência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2016.
- MESTERS, Carlos. *Paraíso terrestre: saudade ou esperança*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ODELAIN, O.; SÉGUINEAU, R. *Dictionnaire des nomes propres de la Bible*. Paris: Cerf, 1978.
- RAD, Gerard von. *Genesi*. Brescia: Paideia, 1978.
- REIMER, Haroldo. Água na experiência do povo do Antigo Israel. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 21, n. 80, p. 18-28, 2003.
- RIBEIRO, Osvaldo Luiz. A terra e as águas originais. História e linguagem mítica em Gn 1,1-3. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 21, n. 80, p. 40-48, 2003.
- STUCLIFFE, Edmund F. Genesis. *In: FULLER, Reginald C.; RUSSELL, Ralph; ORCHARD, Bernard; TUCLIFFE, Edmund F. (Orgs.). Comentario a la Sagrada Escritura*. Barcelona: Herder, 1960. v. 1.
- VOGELS, Wolfgang. The Power Struggle between Man and Woman Gn 3,16b. *Biblica*, Roma, v. 77, n. 2, p. 201-224, 1996.
- ZORELL, Franciscus. *Lexicon Hebraicum et Aramaicum Veteris Testamenti*. Roma: Pontificium Istitutum Biblicum, 1968.